

Curador sugere depósito de mensalidades em juízo

Jota Correia

O curador de Justiça da Defesa dos Consumidores, Hélio Gama, acredita que a greve dos estudantes de escolas particulares do Rio, que poderá acontecer caso o Ministério da Educação não revogue, até o dia 21, o decreto que libera os preços das escolas, não é o instrumento legítimo de luta contra os aumentos abusivos das mensalidades. Na sua opinião, os alunos devem continuar frequentando as escolas, enquanto seus pais poderiam depositar o valor das mensalidades em juízo e discutir o assunto com o Conselho Estadual de Educação e as direções dos colégios.

Hélio Gama está estudando, com sua equipe da Curadoria, as denúncias dos pais sobre aumentos abusivos por parte de várias escolas particulares do Rio. O fato de as escolas terem feito referências ao acordo firmado com a Curadoria, sindicatos e com a associação de pais que limitava os preços das mensalidades, nas circulares enviadas aos responsáveis, poderá se transformar na prova de que os aumentos foram abusivos.

"Se as escolas fizeram o acordo em fevereiro, antes de tomarem conhecimento do decreto do Ministério da Educação, de liberdade vigiada dos preços, não podem assumir liberdades, pelo menos no que diz respeito ao ensino médio", explicou o curador, acrescentando: "Violação do acordo é abuso". Para ele, a fixação prévia do percentual do aumento pelas escolas, junto ao Conselho Estadual de Educação, tinha como objetivo melhorar a qualidade do ensino. Desta forma, os aumentos acima do estipulado não poderiam ser justificados como necessários para manutenção da qualidade da educação nas escolas particulares.

Hélio Gama não considera a greve um instrumento de luta legítima dos estudantes. Para ele, as paralisações nos setores de Educação e Saúde são condenáveis porque trazem prejuízos ao consumidor, quando não leva em conta a natureza social dos serviços que presta.

"Tudo pode parar, menos a Educação", alerta o curador, ao criticar inclusive as paralisações de aulas durante lutos oficiais. "Nenhum interesse individual pode estar acima do coletivo", completou ele. Hélio Gama acredita, no entanto, que a questão dos aumentos excessivos das mensalidades escolares deve ser tratada e discutida por todas as pessoas envolvidas. Segundo ele, o problema vivido no Rio de Janeiro e em outras cidades do país também é dos estudantes e não só dos pais, que pagam a educação dos filhos. Para ele, "os jovens sentem-se co-responsáveis pela perda do poder aquisitivo das famílias e com o sacrifício da economia doméstica, em benefício de uma melhor educação".

Bahiense — O diretor da rede de colégios Bahiense, do Rio, enviou carta ontem ao JORNAL DO BRASIL para protestar contra as denúncias de estudantes, de que sua filial de Jacarepaguá estaria cometendo abusos na cobrança dos aumentos das mensalidades. Segundo Norbertino Bahiense Filho, todos os colégios da rede estão respeitando o acordo entre a Curadoria de Defesa do Consumidor, a Associação de Pais de Escolas particulares do Rio e os sindicatos de estabelecimentos de ensino.